



Estado do Maranhão
Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
OUVIDORIA

OFC-OUVID - 62018

Código de validação: ABE1AC913F

São Luís (MA), 22 de março de 2018

A Sua Excelência o Senhor
Desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos
MD. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão

Assunto: Relatório da Audiência Pública da Comarca de São Bento

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o, encaminho a V. Exa. a Ata da 1ª audiência pública sob minha gestão, realizada na Comarca de São Bento no dia 13 de março do corrente ano, e demais informações coletadas por ocasião da visita ao Fórum da Comarca.

Daremos continuidade à realização das audiências públicas, com o propósito de manter mais um canal de acesso à Ouvidoria e estimular a participação popular na construção de um Poder Judiciário mais eficiente, republicano e próximo da sociedade.

As reclamações se deram fundamentalmente em relação à morosidade processual, devido ao grande acervo existente na Comarca. Foram também objeto de reivindicação a criação de uma 2ª Vara em São Bento, o reparo estrutural do prédio do Fórum, agilidade na Resolução do IRDR sobre empréstimos consignados, a criação da Comarca de Palmeirândia, a instalação de uma Serventia Extrajudicial no município de Bacurituba e a extinção da Comarca de Olinda Nova, dada a diminuta demanda processual desta. Como medida a curto prazo, foi solicitado pelo público presente a designação de, ao





Estado do Maranhão
Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
OUVIDORIA

menos, um juiz para auxiliar o magistrado titular da Comarca, Ivis Monteiro Costa, bem como foi requerida a realização de mutirões e presença da Comissão Sentenciante na Comarca.

Assim, formalizo o ocorrido no evento, encaminhando ainda, relatório da visita ao Fórum de São Bento, ata na íntegra e fotos da estrutura predial comprometida, na esperança de que V. Exa. encaminhe a solução adequada para os problemas que estejam na sua esfera de atribuição e competência.

Atenciosamente,

JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA
Ouvidor
Gab. Des. José Luiz Oliveira de Almeida
Matrícula 16048

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 27/03/2018 12:50 (JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA)





PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO MARANHÃO
OUVIDORIA

Shopping Jaracati (subsolo)
Av. Carlos Cunha, nº 3000, bairro Jaracati, São Luís – MA. CEP: 65.076-909
E-mail: ouvidoria@tjma.jus.br; telefone: (98) 3221-1109/0393 - site: www.tjma.jus.br

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMARCA DE SÃO BENTO/MA

Aos 13 dias do mês de março de 2018, às 10h20min, no Fórum de São Bento, foi realizada audiência pública referente à atuação do Judiciário da Comarca e em seus termos judiciários. A audiência contou com a participação de aproximadamente 130 pessoas. Foi iniciada pelo cerimonial, que explicou o objetivo do evento, exibindo o vídeo institucional da Ouvidoria. Em seguida, foram convidados a compor a mesa o Ouvidor Judiciário Desembargador José Luiz Almeida, o juiz da Comarca Dr. Ivis Monteiro Costa, o Procurador do Município, representando o Prefeito de São Bento, Dr. Antonio Marcos Alves, o Presidente da OAB, Seccional de Pinheiro, Dr. Ruterran Sousa Martins, o Presidente da Câmara Municipal, Iraney Rodrigues Trinta, e Dr. Antonio Francisco Leite Campos, procurador do município de Palmeirândia, termo judiciário da Comarca. O Ouvidor saudou os presentes e teceu considerações sobre evolução da sociedade, que hoje é mais conhecedora dos seus direitos, e têm ciência da necessidade de buscar o Poder Judiciário visando a solução dos seus problemas. Falou que o Judiciário historicamente não consegue atender a demanda em tempo hábil mas que o Tribunal de Justiça do Maranhão, ciente dessa realidade, tem trabalhado para isso, destacando, nesse sentido, a importância da conciliação e da mediação, que podem representar parte da solução para o grande problema enfrentado pelo Judiciário, que é a morosidade processual. Explicou que a Comarca foi escolhida devido a grande demanda na Ouvidoria e que, por isso, optou por verificar in loco os motivos da insatisfação de parte dos jurisdicionados. Disse estar preparado para ouvir as críticas e sugestões, e pediu que a população não se intimidasse com a presença do juiz, pois ele se fazia presente porque também desejava ouvir a população. Destacou o fato de que o juiz está apenas há 4 meses em exercício na Comarca, mas que igualmente está aberto às reclamações, ante a compreensão de que a população que é usuária dos serviços judiciários e merece uma resposta pronta e eficaz para as suas reivindicações. Ressaltou, ademais, a importância das pessoas se manifestarem com urbanidade, pois qualquer coisa pode ser dita, desde que seja feito de forma adequada e respeitosa, para que se atenda com objetividade e clareza aos objetivos da Ouvidoria, que consiste justamente em ouvir a população, na condição de mediadora. Agradeceu a presença de todos, o fazendo na pessoa do advogado Dr. José de Alencar, com o qual tem antiga relação de amizade. Enfatizou a importância dos magistrados terem a consciência de que estão a serviço da população, devolvendo, em seguida, a palavra ao cerimonial que, ao ensejo, comunicou a todos acerca da possibilidade de participação pelo aplicativo whatsapp. Lindaci, moradora da comunidade, criticou a demora na resolução dos processos e sugeriu a realização de mutirões na Comarca. O Sr. Valmir Gomes, presidente do Sindicato da Agricultura Familiar, reclamou de erro na data da biometria em seu título de eleitor aduzindo que, por conta da data nova, está impossibilitado de receber os benefícios previdenciários. Reclamou, ainda, que solicitou à serventia extrajudicial a inclusão da profissão em sua certidão para fins de aposentadoria mas foi informado não ser possível colocar essa informação, solicitando uma determinação judicial



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO MARANHÃO
OUVIDORIA

Shopping Jaracati (subsolo)
Av. Carlos Cunha, nº 3000, bairro Jaracati, São Luís – MA. CEP: 65.076-909
E-mail: ouvidoria@tjma.jus.br; telefone: (98) 3221-1109/0393 - site: www.tjma.jus.br

para inclusão no registro. Pediu, outrossim, agilidade no andamento dos processos, acrescentando que, embora o juiz seja muito empenhado, não é possível dar conta da demanda, sendo necessário que o Tribunal realize Mutirões ou designe um outro juiz para auxiliar o magistrado titular da Comarca. Dr. Ivis Monteiro, magistrado titular da comarca reconheceu a morosidade processual, que justificou em razão do grande acervo existente na comarca. O juiz firmou o compromisso de dar solução às demandas apresentadas e relatou estar trabalhando arduamente para melhorar a situação da Comarca, que conta atualmente com 9.400 (nove mil e quatrocentos) processos no acervo, quantidade muito maior do que as comarcas vizinhas de São Vicente Férrer, São João batista, Olinda Nova e Matões juntas. O principal pleito do juiz, servidores e advogados é a instalação de uma segunda Vara, diante da grande demanda e em face do grande número de jurisdicionados. Acrescentou o magistrado que, no ano de 2018, foram sentenciados 478(quatrocentos e setenta e oito) processos, tendo sido realizadas 231 (duzentas e trinta e uma) audiências, graças ao comprometimento da sua equipe. Manteve o compromisso de trabalhar para melhorar o quadro que encontrou. Solicitou o auxílio do Ouvidor para que, junto à presidência do TJ/MA, reforce o pleito de criação de uma segunda vara, de disponibilização de mais servidores, ou, pelo menos, inicialmente, a designação de um juiz substituto ou realização de mutirões. Quanto à reivindicação de acessos à informação em relação ao cartório, o juiz informou que averiguará junto às Serventias Extrajudiciais, pois não permitirá que seja negado ao cidadão o seu direito à informação. O magistrado prestou breves esclarecimentos quanto à demanda apresentada pelo usuário, de competência da Justiça Eleitoral, e orientou o mesmo a acionar a chefia do cartório eleitoral para obter maiores esclarecimentos. Walmir Ribeiro, funcionário público, reclamou da negligência de seu advogado em relação ao seu processo, sendo de imediato direcionado ao Presidente da OAB Seccional de Pinheiro, Dr. Ruterran Sousa, que se pronunciou informando que o usuário deveria acionar a Ouvidoria da OAB, que apurará as reclamações contra os advogados. O manifestante prosseguiu fazendo um apelo contra a criminalidade e solicitou a presença de mais um juiz na comarca. Irene Carvalho, moradora de São Bento, pediu informações acerca do andamento de seu processo. Maria José, também moradora da comunidade, solicitou assistência jurídica pois não tem condições financeiras para contratar um advogado, tendo sido direcionada à OAB e a defensoria Pública. Fábio Cutrim, advogado militante na Comarca e Procurador da Comarca de São Vicente Férrer, criticou a realização dos mutirões, pois, no seu entendimento, deve-se prezar não só o quantitativo de decisões mas a qualidade destas, o que não seria possível em sede de mutirão, do que resultaria um elevado números de recursos. Ao adentrar no mérito das decisões o ouvidor respondeu que nós não podemos interferir nas decisões judiciais, pois o juiz tem poder decisório, mas opinou que os magistrados devem observar como os Tribunais estão decidindo as demandas judiciais. O Procurador reclamou ainda da paralisação do IRDR sobre empréstimos consignados e consequente suspensão dos processos. Em relação ao apelo formulado por outro usuário quanto ao combate à criminalidade, o advogado considerou haver parcela de culpa do



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO MARANHÃO
OUVIDORIA

Shopping Jaracati (subsolo)
Av. Carlos Cunha, nº 3000, bairro Jaracati, São Luís – MA. CEP: 65.076-909
E-mail: ouvidoria@tjma.jus.br; telefone: (98) 3221-1109/0393 - site: www.tjma.jus.br

judiciário devido à demora na resposta aos problemas criminais levados ao Judiciário e encerrou sua fala pedindo a implantação do sistema PJE na Comarca. O Ouvidor respondeu que o Tribunal de Justiça está atento e preocupado com essa questão e em breve será dada a devida solução. O senhor ouvidor destacou, em determinado momento de sua fala, que o interesse público sobrepõe os demais interesses, portanto deve haver uma priorização das questões criminais. Informou que os juizes historicamente não dão devida importância às demandas criminais. Diante disso, o Ouvidor comunicou que, em reunião com a Corregedoria, ficou definido que será criado um campo na produtividade dos juizes, para, que no momento da promoção, sejam levadas em consideração as reclamações de excesso de prazo nos processos criminais. O magistrado Ivis Monteiro tomou a palavra para comunicar que realizará mutirões no prazo de 3 meses, visto que está priorizando nos seus primeiros meses na comarca os processos que demandam mais urgência. Informou, ainda, que acatará a sugestão do Ouvidor, referente à realização de conciliações através das plataformas digitais de conciliação e mediação. João Matos Silva, vereador de São Bento, questionou o motivo da comarca não possuir defensoria pública e questionou, ademais, a demora nas decisões acerca de prestação de contas do ex-gestores. O Ouvidor comunicou no ato que as demandas seriam encaminhadas para a Defensoria Pública e Tribunal de Contas, respectivamente. Ruterran Sousa, sugeriu que o juiz da Comarca fosse auxiliado por outros magistrados, diante da grande quantidade de processos existentes. O advogado reiterou os pedidos formulados por ocasião da audiência pública de Cururupu, que ainda não foram atendidos pelos gestores do Tribunal. O Presidente da OAB de Pinheiro relatou que a realização de mutirões não é suficiente para dar a resposta que a população merece, sendo ideal e necessária a instalação de uma segunda Vara na Comarca. Exemplificou com a Comarca de Santa Helena, que possui uma distribuição menor e já possui uma 2ª Vara criada, ainda não instalada. Solicitou, ainda, o auxílio do Ouvidor, para que intermediasse a instalação da 3ª Vara de Pinheiro. Pediu ao Ouvidor que reforçasse a voz dos advogados e da população frente a mesa diretora do Tribunal de Justiça. Fez também apelo a melhor qualidade das decisões judiciais, visto que estas têm ensejado inúmeros recursos, dada a sua falta de completude, e afirmou que o fato de um mesmo juiz responder por diversas comarcas reflete na qualidade das decisões judiciais. Quanto às decisões judiciais, o Ouvidor opinou que os magistrados devem atentar para a forma como os Tribunais vem decidindo, reforçando o posicionamento e a não interferência nas decisões judiciais. O Ouvidor respondeu que quanto aos pedidos formulados na audiência Pública realizada em Cururupu ainda aguarda-se providências por parte da administração, destacando os entraves orçamentários e a necessidade de que sejam racionalizados os recursos disponíveis. João do Espírito Santos Cunha, 90 anos de idade, ex-funcionário do Clube Recreativo, disse que buscou seus direitos mas até a presente data não houve solução. O usuário foi orientado a buscar informações junto ao advogado da causa, sendo que a demanda foi registrada para que sejam prestados esclarecimentos posteriores. Samuel Henrique, excedente em concurso realizado pela prefeitura, através de ação civil pública, foi nomeado e empossado, tendo



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO MARANHÃO
OUVIDORIA

Shopping Jaracati (subsolo)
Av. Carlos Cunha, nº 3000, bairro Jaracati, São Luís – MA. CEP: 65.076-909
E-mail: ouvidoria@tjma.jus.br; telefone: (98) 3221-1109/0393 - site: www.tjma.jus.br

sido afastado por decisão proferida em recurso no segundo grau pela relatora substituta, Desembargadora Nelma Sarney. Por fim o Sr. Samuel Henrique agradeceu aos servidores e magistrado da Comarca, que, apesar das limitações, têm atendido os seus pleitos. O Dr. Ivis, a propósito, pediu a palavra, para esclarecimentos, por tratar-se de um processo de grande repercussão na comarca, para informar que o juízo está aguardando a deliberação do Tribunal de Justiça. O advogado Isaney Dias informou que a relatora substituta, Desembargadora Nelma, no plantão, cassou a decisão em 5 minutos e, após a decisão dada, o processo ficou paralisado. O ouvidor informou que a demanda será levada ao gabinete da relatora para verificar a situação do processo reclamado e pedir agilidade para levar a julgamento, para que o Tribunal delibere sobre a questão. Com a palavra o Procurador do Município de São Bento, Antonio Marcos Alves, justificou, a propósito, ainda, da reclamação em face da desembargadora Nelma, que o Município não teve condições de custear as contratações em face do concurso público, visto não haver dotação orçamentária, mas que o prefeito está trabalhando para poder contratar os aprovados. O vereador Isaney Dias criticou que a decisão foi dada pela relatora substituta em tempo recorde, impossibilitando uma adequada análise da demanda. O Ouvidor retomou à palavra solicitando aos presentes que se atentassem para as demandas de competência do judiciário. O advogado Lúcio Henrique informou que cerca de 50% dos processos são do Município de Palmeirândia e relatou a baixa demanda da Comarca de Olinda Nova. Sugeriu, por fim, a criação da Comarca de Palmeirândia, visto que o Município atende a todos os requisitos. O Ouvidor destacou que a Ouvidoria levará todos os pleitos para a mesa gestora do Tribunal, na esperança que possam ser trazidas melhorias para a Comarca. Quanto ao PJE, o Ouvidor recebeu a informação que a partir de julho o sistema será instalado na Comarca. O Procurador do Município de Bacurituba, Nielson Silva, sugeriu a implantação de uma Serventia Extrajudicial na Comarca de Bacurituba. Vereadora de Bacurituba, Hosana Costa, sugeriu que os processos fossem selecionados de acordo com suas especificidades e prioridades, visto que existem processos que podem ser resolvidos facilmente com a conciliação, com o diálogo. Expôs também a necessidade de mais uma Vara para a Comarca, que tem demanda maior do que a de Olinda Nova, sugerindo que o magistrado desta atue de maneira colaborativa com o magistrado de São Bento. O juiz respondeu que serão realizados mutirões na Comarca, com datas ainda a definir. Marlene Costa, agente de saúde, disse estar muito feliz com a audiência Pública, visto que a população precisa de esclarecimentos, de informações. Relatou que a população é carente de uma Defensoria Pública e pediu ao Ouvidor que sejam abertos mais espaços como este para levar informação à comunidade. O magistrado da Comarca informou ser o objetivo de sua gestão e firmou o compromisso de realizar ações sociais de aproximação. A Vereadora Maria do Rosário pediu que a Ouvidoria encaminhasse sua reclamação quanto ao não funcionamento da Delegacia da Comarca nos finais de semana e feriados. O Ouvidor ressaltou a importância dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário atenderem aos anseios da população. O desembargador José Luiz Almeida afirmou que a proposta da Ouvidoria em ir



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO MARANHÃO
OUVIDORIA

Shopping Jaracati (subsolo)
Av. Carlos Cunha, nº 3000, bairro Jaracati, São Luís – MA. CEP: 65.076-909
E-mail: ouvidoria@tjma.jus.br; telefone: (98) 3221-1109/0393 - site: www.tjma.jus.br

até a Comarca é ouvir os anseios e levá-los à administração do Tribunal de Justiça, e que existe o desejo que sejam implantadas melhorias para a comunidade. Valdenor Ferreira, reclamou da demora no andamento dos processos da Comarca e da atuação do conselho tutelar na cidade. O Procurador do Município de Palmeirândia, Antonio Campos, se manifestou acerca da importância de ações pedagógicas para a população. Djalma Pereira, vereador de São Bento, reclamou da onda de violência na cidade. O desembargador respondeu que juntamente à demanda acerca do funcionamento da delegacia do Município será levada ao setor competente. Após, foram lidas três intervenções feitas via aplicativo whatsapp, uma quanto ao não cumprimento da lei do silêncio na Comarca, outra quanto a utilização de capacetes, o que segundo o manifestante, dificulta a identificação de criminosos por parte da polícia e por último, uma manifestação parabenizando a Ouvidoria pela realização do evento. Após os esclarecimentos e direcionamento aos órgãos competentes, o Ouvidor esclareceu que a Ouvidoria não tem o poder de executar, mas assumiu o compromisso de levar as demandas aos setores e Órgãos competentes, buscando sensibilizá-los. Por fim, o desembargador José Luiz Almeida agradeceu a participação de todos e pela colaboração dada para que o evento pudesse ser realizado com sucesso, declarando, às 12h30min, encerrada audiência. Para constar, eu, Lilian Karissa Costa Barros, lavrei a presente ata, que será assinada pelo Ouvidor do Poder Judiciário do Maranhão, desembargador José Luiz Oliveira de Almeida.

José Luiz Oliveira de Almeida
Ouvidor Judiciário do Estado do Maranhão



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO MARANHÃO
OUVIDORIA

Fórum Desembargador Sarney Costa
Av. Carlos Cunha, s/nº, Calhau, São Luís – MA. CEP: 65.076-820
E-mail: ouvidoria@tjma.jus.br; telefone: [0800-707-1581](tel:0800-707-1581) ou [159](tel:159) – site: www.tjma.jus.br

RELATÓRIO DA VISITA DO OUVIDOR AO FÓRUM DA COMARCA DE SÃO BENTO

Em visita realizada pelo Ouvidor às 9h do dia 13.03.2018, ao Fórum da Comarca de São Bento, à Casa de Justiça, foram apresentados pelo Juiz de Direito Titular da Comarca, Dr. Ivis Monteiro Costa as necessidades e problemas estruturais do juízo.

A Vara Única de São Bento conta atualmente com um acervo de 9.400 (nove mil e quatrocentos) processos, quantidade superior às comarcas vizinhas de São Vicente Férrer, São João Batista, Olinda Nova e Matões juntas, possuindo uma quantidade reduzida de servidores. Desse total, 3.168 (três mil cento e sessenta e oito) correspondem às ações que tramitam pelo rito de Juizado Especial.

Na oportunidade o Ouvidor, também sugeriu ao magistrado que utilizasse em mutirões a conciliação via plataformas digitais de conciliação e mediação, buscando reduzir o acervo processual pelo meio conciliatório.

Por fim, o Ouvidor conheceu as instalações do Fórum da Comarca, sendo constatado em loco situação de gravidade e de competência do setor de Engenharia do Tribunal de Justiça, no tocante ao chão que está cedendo em algumas salas do Fórum, conforme fotos anexadas ao presente relatório.

Juntamente à ata da audiência Pública, encaminho o presente para as providências reputadas possíveis.

Atenciosamente,

Desembargador José Luiz Oliveira de Almeida
Ouvidor Judiciário do Estado do Maranhão